

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja questão(ões) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto CB1A1-I

A 30.^a Conferência do Clima da ONU (COP 30), realizada em Belém – PA, em novembro de 2025, terminou com decisões consideradas insuficientes diante da gravidade da crise climática. Temas centrais como a eliminação dos combustíveis fósseis e o enfrentamento ao desmatamento ficaram de fora dos resultados, enquanto o financiamento climático — elemento crucial para reparação histórica e apoio aos países em desenvolvimento — avançou pouco e segue distante do que seria um compromisso justo, público e acessível.

Por outro lado, a COP 30 registrou conquistas históricas. Após quatro conferências com restrições à participação social, Belém se tornou palco de uma mobilização global inédita. A Cúpula dos Povos reuniu 25 mil pessoas e mais de mil organizações do mundo inteiro em cinco dias de plenárias, debates e articulações na Universidade Federal do Pará. A presença indígena também foi marcante: cerca de 3 mil representantes formaram uma grande aldeia na cidade. A Marcha Global pelo Clima levou 70 mil pessoas às ruas sob o lema “A resposta somos nós!”.

Também, pela primeira vez na história das COP, o tema do racismo ambiental ganhou destaque oficial. A presidência brasileira publicou uma declaração conclamando todas as nações a enfrentar as desigualdades que impactam de forma desproporcional pessoas negras, povos indígenas e comunidades tradicionais. O termo “afrodescendente” apareceu em documentos oficiais relativos à Transição Justa, ao Plano de Ação de Gênero e aos Objetivos Globais de Adaptação — um marco sem precedentes. O tema também foi transversal em diversos eixos da Cúpula dos Povos.

Outro avanço importante foi a aprovação do Plano de Ação de Gênero 2026-2034, com vitórias importantes após forte atuação de movimentos feministas, negros e latino-americanos. O documento reconhece defensoras ambientais, o trabalho de cuidados, a violência de gênero e, pela primeira vez, mulheres e meninas afrodescendentes como centrais na ação climática.

Apesar dos avanços históricos em temas como justiça de raça e gênero, participação social e transição justa, o resultado final ficou longe da urgência necessária para o enfrentamento da crise climática, sobretudo no que diz respeito à eliminação dos combustíveis fósseis, ao combate ao desmatamento e ao financiamento climático. “As divisões geopolíticas ficaram expostas”, afirmou Cristiane Ribeiro, do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

Questão 1

Quanto à tipologia, o texto CB1A1-I caracteriza-se como predominantemente

- Ⓐ expositivo, com inserções críticas acerca dos resultados das discussões sobre a crise climática.
- Ⓑ descritivo, pois o autor traça as características da COP 30, sem qualquer posicionamento pessoal a respeito dos temas nela discutidos.
- Ⓒ narrativo, dado que se configura como um relato de fatos em sequência cronológica.
- Ⓓ argumentativo, visto que o autor defende a tese de maior participação social nas conferências internacionais sobre o clima.
- Ⓔ injuntivo, pois, por meio dele, o autor instrui o leitor a acompanhar a dinâmica das conferências do clima.

Questão 2

Entende-se da leitura do texto CB1A1-I que

- Ⓐ o protagonismo das mulheres nas decisões da COP 30 que resultaram na aprovação do financiamento climático é um exemplo dos avanços históricos conquistados na conferência global.
- Ⓑ o tema do racismo ambiental não recebeu destaque oficial em nenhuma outra COP anterior à COP 30.
- Ⓒ o compromisso firmado na COP 30 em relação ao financiamento climático mostra-se inútil ao fim a que se propõe.
- Ⓓ os países em desenvolvimento permanecem, após as decisões da COP 30, sem acesso às condições mínimas de enfrentamento da crise climática.
- Ⓔ a gravidade da crise climática foi desconsiderada nas discussões da COP 30.

Questão 3

Com base nas relações coesivas e nos sentidos veiculados no segundo período do primeiro parágrafo do texto CB1A1-I, entende-se que a expressão “reparação histórica” é uma referência

- Ⓐ ao enfrentamento da crise climática pelos países desenvolvidos por meio da eliminação dos combustíveis fósseis e do fim do desmatamento.
- Ⓑ à dívida moral contraída pelos países desenvolvidos pela exploração de mão de obra escravizada.
- Ⓒ à necessidade de ressarcimento dos países desenvolvidos às antigas colônias pelos séculos de exploração de suas riquezas.
- Ⓓ à compensação que se espera dos países desenvolvidos em razão de sua contribuição para a crise climática.
- Ⓔ à prontidão dos países desenvolvidos em apoiar financeiramente os países em desenvolvimento para o enfrentamento à crise climática.

Questão 4

Assinale a opção correta a respeito de aspectos linguísticos do texto CB1A1-I.

- A No segundo período do quarto parágrafo, o termo adjetivo “ambientais” exerce a função sintática de adjunto adnominal.
- B No segundo período do segundo parágrafo, a palavra “iné dita” é empregada como adjetivo qualificador do vocábulo “global”.
- C No segundo período do terceiro parágrafo, a oração introduzida pelo termo “que” classifica-se como subordinada adverbial consecutiva, o que se comprova pela possibilidade de se inserir a expressão **em consequência** após tal termo, da seguinte maneira: **que, em consequência, impactam** (...).
- D No terceiro período do terceiro parágrafo, o segmento apositivo “um marco sem precedentes” é empregado em referência a “O termo ‘afrodescendente’”.
- E No primeiro período do último parágrafo, o vocábulo “sobretudo” poderia ser substituído, sem prejuízo dos sentidos originais do texto, pela expressão **além disso**.

Questão 5

Pelos sentidos do texto CB1A1-I, depreende-se que a palavra “crucial” (segundo período do primeiro parágrafo) está empregada com o sentido de

- A disputado.
- B suplementar.
- C prescindível.
- D controverso.
- E indispensável.

Questão 6

Acerca do emprego dos sinais de pontuação no texto CB1A1-I, assinale a opção correta.

- A Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, seus dois primeiros períodos poderiam ser unidos em um único período por meio da substituição do ponto final após “climática” por dois-pontos, feitos os devidos ajustes de letra inicial maiúscula e minúscula.
- B A correção gramatical do texto e sua coerência seriam preservadas caso se inserisse vírgula após o termo “nações” (segundo período do terceiro parágrafo).
- C Não haveria prejuízo da correção gramatical ou da coerência das ideias do texto caso se inserisse vírgula após o termo “oficiais” (terceiro período do terceiro parágrafo).
- D Estariam mantidas a correção gramatical do texto e a coerência de suas ideias caso se inserisse vírgula imediatamente depois do termo “desmatamento” (segundo período do primeiro parágrafo).
- E A vírgula empregada após o termo “justo” (último período do primeiro parágrafo) isola uma expressão apositiva.

Questão 7

Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto CB1A1-I: “Outro avanço importante foi a aprovação do Plano de Ação de Gênero 2026-2034” (primeiro período do quarto parágrafo). Assinale a opção em que a proposta apresentada é gramaticalmente correta, coesa e coerente com as ideias do texto.

- A Refere-se, ainda assim, à aprovação do Plano de Ação de Gênero 2026-2034 como avanço considerável
- B Ressaltasse como outro avanço relevante a aprovação do Plano de Ação de Gênero 2026-2034
- C Cabe, ainda, destacar a aprovação do Plano de Ação de Gênero 2026-2034
- D Considerando outro avanço importante, consta a aprovação do Plano de Ação de Gênero 2026-2034
- E Aprovaram-se como outro avanço importante o Plano de Ação de Gênero 2026-2034

Texto CB1A1-II

O Collège de France, uma das instituições de ensino superior e pesquisa científica mais prestigiosas da França, recebeu, em abril de 2025, o único imortal indígena da Academia Brasileira de Letras, o escritor Ailton Krenak. O filósofo emocionou a plateia de acadêmicos com uma visão singular sobre a crise climática e a destruição dos recursos naturais do planeta.

O escritor alertou que, diante das evidências científicas sobre o impacto das ações humanas sobre o clima, como o uso de combustíveis fósseis, a humanidade “está experimentando a imensa perda da qualidade da experiência de estar viva”. Segundo ele, “não estamos só ameaçados pelo clima, mas pela imobilidade”.

Na sua palestra, Krenak incitou os presentes a “cogitarem outros mundos, além dessa experiência quase terminal que nós passamos a experimentar no século 21”. Segundo ele, “estamos provocando o colapso do mundo que nós habitamos, o seu empobrecimento, e não estamos sendo capazes de cogitar outros”.

Nesses outros mundos, que o escritor reporta à floresta, o modo de vida e os hábitos de consumo dos centros urbanos não são mais o foco. “Nós somos a presença mais efêmera da Terra, e estamos causando um dano irreparável a outras formas de vida, como se nós tivéssemos a Terra à nossa disposição”, constatou.

O filósofo brasileiro apresentou ao público seus conceitos de “florestania” (da junção de “floresta” com “cidadania”) e “floricidade” (“floresta” e “cidade”). Em plena capital francesa, erguida sobre pedras e concreto e que hoje briga para devolver os espaços verdes aos seus moradores, as palavras de Krenak inspiram.

“Na maioria das cidades, jazem os rios debaixo das calçadas e estruturas que vão erigindo essa paisagem tão atraente que são as cidades. Como pensar uma floricidade? Como pensar num lugar onde um rio e uma floresta possam conviver com essa nossa disposição para nos socializarmos e reunirmos em espaços tão acolhedores e seguros que são as cidades?”, indagou.

Questão 8

Da organização das ideias do texto CB1A1-II entende-se que a condição humana a que se refere Krenak no segmento ‘não estamos sendo capazes de cogitar outros’ (último período do terceiro parágrafo) é uma referência

- A ao empobrecimento do mundo que a humanidade provoca.
- B à ameaça do clima.
- C ao colapso do mundo provocado pela humanidade.
- D à destruição dos recursos naturais do planeta.
- E à imobilidade que ameaça a humanidade.

Questão 9

Entende-se da leitura do texto CB1A1-II que Ailton Krenak

- A contesta as causas antrópicas da crise climática.
- B defende uma solução científica para a crise climática.
- C propõe uma forma alternativa de hábitos de consumo.
- D é um entusiasta das estruturas edificantes das cidades.
- E é um crítico da visão de mundo antropocêntrica.

Questão 10

Assinale a opção em que é corretamente identificada a função sintática do termo ou segmento destacado do texto CB1A1-II.

- A ‘os rios’ (primeiro período do último parágrafo) — objeto direto
- B “o escritor Ailton Krenak” (primeiro período do primeiro parágrafo) — objeto direto
- C “do planeta” (final do primeiro parágrafo) — adjunto adverbial de lugar
- D ‘viva’ (primeiro período do segundo parágrafo) — predicativo do sujeito
- E ‘pelo clima’ (segundo período do segundo parágrafo) — objeto indireto

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 11**

O atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria administração pública denomina-se

- A tipicidade.
- B presunção de legitimidade.
- C imperatividade.
- D autoexecutoriedade.
- E presunção de veracidade.

Questão 12

Assinale a opção correta em relação aos agentes administrativos.

- A Há possibilidade de acumulação de cargo público de analista ambiental da SEMA com emprego público em sociedade de economia mista.
- B A incorporação de vantagens pelo exercício de função de confiança ou cargo em comissão somente será possível após 10 anos de seu efetivo exercício.
- C O servidor estável somente poderá perder cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- D Os parlamentares, o chefe do Poder Executivo bem como os ministros de Estado são considerados agentes políticos.
- E O ingresso no serviço público só é possível mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

Questão 13

A atividade estatal consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público denomina-se poder

- A regulamentar.
- B hierárquico.
- C disciplinar.
- D vinculado.
- E de polícia.

Questão 14

Assinale a opção em que é corretamente citada entidade da administração pública indireta, com personalidade jurídica de direito público, criada por descentralização.

- A sociedade de economia mista
- B autarquia
- C consórcio público-privado
- D secretaria de Estado
- E empresa pública

Questão 15

Acerca da delegação no processo administrativo previsto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta.

- A O ato de delegação deve ser juntado ao processo administrativo, sendo prescindível sua publicação.
- B A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, sendo vedada sua avocação ou delegação.
- C A decisão de recursos administrativos é indelegável.
- D É indelegável a competência de órgãos colegiados.
- E A edição de atos normativos somente pode ser delegada ao substituto legal do titular.

Questão 16

Conforme o disposto na Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015, o plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou fomento deve conter

- A previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.
- B estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto.
- C plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pela administração pública.
- D estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto.
- E modo e periodicidade das prestações de contas, compatíveis com o período de realização das etapas vinculadas às metas e com o período de vigência da parceria.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO**Texto CB1A3**

Considere, na proposição seguinte, apenas os aspectos atinentes à lógica sentencial.

P: “Uma mudança significativa no clima da Terra é impulsionada pela variação na atividade solar, pelo reinício de um ciclo orbital, pela atividade vulcânica, por uma oscilação oceânica de longo prazo ou pela emissão antropogênica de gases de efeito estufa.”

Considere, ainda, que cada fator indicado na proposição P como impulsionador da mudança no clima pode, ou não, ser efetivamente uma causa para esse fenômeno.

Questão 17

Com base no texto CB1A3, assinale a opção em que é apresentado o número de linhas da tabela-verdade associada à proposição P.

- A 2
- B 4
- C 8
- D 16
- E 32

Questão 18

Ainda com base no texto CB1A3, assinale a opção em que é apresentado o menor número de proposições componentes de P que devem ser verdadeiras para que P seja também verdadeira.

- A 1
- B 2
- C 3
- D 4
- E 5

Questão 19

Ainda em relação ao texto CB1A3, assinale a opção em que é apresentada uma proposição equivalente à negação de P.

- A Uma mudança significativa no clima da Terra é impulsionada por apenas um dos fatores indicados.
- B Uma mudança significativa no clima da Terra é impulsionada por algum dos fatores indicados.
- C Uma mudança significativa no clima da Terra não é impulsionada por pelo menos um dos fatores indicados.
- D Uma mudança significativa no clima da Terra é impulsionada por todos os fatores indicados.
- E Uma mudança significativa no clima da Terra não é impulsionada por nenhum dos fatores indicados.

Questão 20

Ao se avaliarem os resultados obtidos em certa área de reflorestamento, verificou-se que 58% das espécies ali plantadas não se adaptaram satisfatoriamente ao clima, enquanto as restantes se adaptaram. Verificou-se, também, que 54% das espécies não realizaram satisfatoriamente a captura de CO₂, mas as restantes, sim.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que é apresentado o menor percentual possível de espécies que simultaneamente se adaptaram satisfatoriamente ao clima e realizaram satisfatoriamente a captura de CO₂.

- A 0%
- B 4%
- C 12%
- D 42%
- E 46%

Questão 21

Sabe-se que alterações da pressão arterial acima de níveis normais podem ser desencadeadas, individualmente ou combinadas, pelos seguintes fatores: histórico familiar — pai e(ou) mãe com hipertensão —; alimentação rica em estimulantes — sódio, cafeína etc. —; sedentarismo; e condição psicológica — ansiedade, estresse, medo.

Considerando apenas esses fatores e que a simples presença de um deles já seja suficiente para o início do processo e que sua ausência não contribua para tal, assinale a opção em que é apresentado o número de maneiras distintas de se desencadearem alterações na pressão arterial de um indivíduo.

- A 4
- B 10
- C 15
- D 16
- E 24

Questão 22

Um fiscal recebeu denúncia da ocorrência de desmatamento ilegal nas margens de certo igarapé, situado a cinco quilômetros acima da segunda bifurcação do rio, mas não recebeu instruções claras da localidade. Ele sabe que, subindo rio acima com uma embarcação, encontrará uma bifurcação diante da qual terá de escolher virar à esquerda ou à direita. Qualquer que seja a escolha, após alguns quilômetros, ele encontrará outra bifurcação e terá de decidir novamente, e então deverá percorrer mais cinco quilômetros para chegar ao local da suposta infração.

Considerando-se que as decisões mencionadas são tomadas ao acaso, é correto afirmar que a probabilidade de o fiscal chegar, na primeira viagem, ao local a que fez referência o denunciante é

- A inferior a 8%.
- B igual ou superior a 8% e inferior a 16%.
- C igual ou superior a 16% e inferior a 24%.
- D igual ou superior a 24% e inferior a 32%.
- E igual ou superior a 32%.

Espaço livre

ÉTICA, COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO

Questão 23

No âmbito da ética social, o direito de propriedade

- Ⓐ é ilimitado e compreendido sob o enfoque individual.
- Ⓑ é outorgado pela sociedade, não tendo relação com o direito natural.
- Ⓒ está interligado às necessidades de sobrevivência das pessoas.
- Ⓓ visa assegurar as necessidades atuais das pessoas, estando desvinculado de suas necessidades futuras.
- Ⓔ é desvinculado da dignidade da pessoa.

Questão 24

Com base no disposto na Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa, na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), julgue os itens a seguir.

- I O dano ao erário causado por conduta culposa inviabiliza o seu enquadramento como ato de improbidade administrativa.
- II Havendo a anonimização dos dados pessoais, a informação poderá ser tratada pelo controlador para a realização de pesquisa.
- III O dever de promover o acesso à informação pelos órgãos públicos é inaplicável às informações produzidas ou custodiadas por pessoa física que já tenha tido vínculo com o poder público.
- IV O termo inicial para a contagem do prazo de restrição de acesso à informação, em regra, é o primeiro dia útil subsequente à data do pedido de acesso.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 25

De acordo com o Plano de Integridade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do estado do Amazonas, a alta direção/administração da SEMA/AM é composta

- Ⓐ pelos diretores das instituições autônomas vinculadas.
- Ⓑ pelo governador do estado e pelo vice-governador do estado.
- Ⓒ pelo secretário de Estado, pelo secretário executivo e pelo secretário executivo adjunto de gestão ambiental.
- Ⓓ pelos ocupantes de cargo comissionado de coordenação.
- Ⓔ pelos membros da comissão de integridade.

Questão 26

De acordo com o **Manual de Condutas Éticas e Integridade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente** do estado do Amazonas, assinale a opção em que é corretamente citado o princípio ético que orienta a administração pública e privada a utilizar os recursos disponíveis de maneira eficiente, buscando sempre a melhor relação custo-benefício possível.

- Ⓐ comprometimento
- Ⓑ profissionalismo
- Ⓒ economicidade
- Ⓓ sustentabilidade
- Ⓔ transparência

Questão 27

Conforme a classificação existente nas **Orientações para Prevenção e Tratamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação da Secretaria de Meio Ambiente** do estado do Amazonas, o comportamento abusivo praticado entre pessoas que ocupam o mesmo nível hierárquico é designado como assédio moral

- Ⓐ horizontal.
- Ⓑ vertical descendente.
- Ⓒ misto.
- Ⓓ misto compassivo.
- Ⓔ horizontal multipolar.

Questão 28

Conforme previsto no Decreto estadual n.º 50.868/2024, é ação amparada nos eixos que estruturam o programa estadual de integridade no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo do estado de Amazonas

- I promover periodicamente o treinamento sobre as medidas de integridade.
- II estruturar e implementar o canal de denúncia.
- III tornar prioritário o controle e a investigação externa.
- IV realizar auditoria e monitoramento de maneira pontual e específica.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Questão 29

O plano plurianual (PPA) estabelece

- Ⓐ a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓑ o orçamento fiscal de todos os poderes da União, de fundações, fundos e de todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- Ⓒ as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, de forma regionalizada, para as despesas de capital.
- Ⓓ as diretrizes de política fiscal e suas respectivas metas com vistas a manter a trajetória sustentável da dívida pública.
- Ⓔ o orçamento da seguridade social da administração pública direta e indireta, assim como de fundações mantidas pelo poder público.

Questão 30

Segundo a Lei n.º 13.019/2014, a parceria entre a administração pública e organizações da sociedade civil é definida como o conjunto de

- Ⓐ instrumentos e contratos que permitem a transferência de recursos financeiros do governo para fins de interesse recíproco.
- Ⓑ operações contínuas que resultam em um produto ou serviço de interesse público destinado à satisfação de interesses compartilhados.
- Ⓒ procedimentos que avaliam o cumprimento do objeto e o alcance das metas e dos resultados previstos.
- Ⓓ operações limitadas no tempo e em um dado território das quais resulta um produto estratégico de interesse coletivo.
- Ⓔ direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica formal em regime de cooperação mútua.

Questão 31

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a despesa total com pessoal da União, em cada período de apuração, deve obedecer ao limite percentual de

- Ⓐ 60% da receita de operações de crédito.
- Ⓑ 60% da receita do Tesouro Nacional.
- Ⓒ 40% da receita financeira disponível.
- Ⓓ 50% da receita corrente líquida.
- Ⓔ 50% da receita tributária corrente.

Questão 32

Segundo a publicação intitulada **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex post***, da Casa Civil da Presidência da República, a avaliação de impacto

- Ⓐ permite a comparação entre diversas políticas para a identificação da que gerou retorno suficiente.
- Ⓑ permite que se verifique como a liderança e o controle de uma política pública contribuem para seus objetivos.
- Ⓒ quantifica, empiricamente, os efeitos causais de uma política pública.
- Ⓓ compreende a análise da coerência interna de uma política pública.
- Ⓔ abrange a descrição dos processos envolvidos na execução de uma política pública.

Questão 33

De acordo com o Decreto n.º 11.531/2023, é permitida a celebração de convênios e de contratos de repasse

- Ⓐ com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente um agente político do Poder Executivo.
- Ⓑ com vigência que se encerre no último trimestre do mandato do chefe do Poder Executivo.
- Ⓒ entre os órgãos da administração pública estadual cadastrados como filiais no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
- Ⓓ com valores mínimos de repasse da União de R\$ 400 mil para a execução de obras.
- Ⓔ entre os órgãos da administração pública federal integrantes do orçamento fiscal.

Questão 34

No âmbito da gestão pública, o termo *accountability* pode ser entendido como

- Ⓐ o princípio de garantia do equilíbrio fiscal e financeiro.
- Ⓑ a função de consolidação contábil de todo o setor estatal.
- Ⓒ a contabilização de beneficiários das políticas públicas.
- Ⓓ o processo de levantamento das necessidades da sociedade.
- Ⓔ a capacidade de prestar contas ou de se fazer transparente.

LÍNGUA INGLESA**Text CB1A6**

First established in 2002 by the Brazilian government, and later expanded with the support of WWF and private donors, the conservation program known as ARPA helps protect 120 conservation areas spanning more than 60 million hectares — about the size of Ukraine — of the Brazilian Amazon. The program initially worked on creating new protected areas and then on designing a durable financial mechanism to support their protection.

A new phase, called ARPA Comunidades (Communities), is now shifting the focus to the traditional communities who live within the forest and help protect it. Half of the conservation areas covered by ARPA are sustainable-use conservation units like the Chico Mendes Extractive Reserve, inhabited by local communities who live sustainably off the forest's resources.

Announced during the COP30 climate summit in the Amazonian city of Belém, ARPA Comunidades will focus on these 60 sustainable-use reserves, which together cover an area of 23.7 million hectares, nearly the size of the U.K. The aim is to help reduce deforestation and improve the well-being of the local populations by supporting the development of local bioeconomies. Over 15 years, the program hopes to directly impact 130,000 people. It will also seek to add a further 3 million hectares of protected areas.

A 2023 paper by the Escolhas Institute, a Brazilian research organization, found that a 1% reduction in extreme poverty in the Brazilian Amazon has the potential to reduce deforestation by 27,000 hectares in the region.

Greater recognition of local communities' needs and role in protecting the forest is not a new demand, said Carlos Durigan, a researcher at the Amazon Environmental Research Institute (IPAM).

Internet: <<https://news.mongabay.com>> (adapted).

Questão 35

In the first sentence of text CB1A6, the word “spanning” can be correctly replaced, without altering the meanings of the text, with

- Ⓐ maintaining.
- Ⓑ preserving.
- Ⓒ looking after.
- Ⓓ monitoring.
- Ⓔ stretching over.

Questão 36

Considering text CB1A6, choose the option that presents the word closest in meaning to “nearly” in the phrase “nearly the size of the U.K.” (first sentence of the third paragraph).

- A hardly
- B almost
- C twice
- D possibly
- E exactly

Questão 37

As used in the third sentence of the third paragraph of text CB1A6, the phrase “Over 15 years”

- A refers to a 15-year period that is already over.
- B can be replaced with **In less than 15 years** without changing its overall meaning.
- C can be replaced with **Throughout a 15-year period** without changing its overall meaning.
- D can be replaced with **After 15 years** without changing its overall meaning.
- E refers to a period of time that exceeds 15 years.

Questão 38

In “It will also seek to add a further 3 million hectares of protected areas” (last sentence of the third paragraph of text CB1A6), “a further” can be correctly replaced, without changing the overall meaning of the sentence, with

- A another.
- B some.
- C more than.
- D around.
- E as many as.

Questão 39

It is correct to conclude that the main function of the fourth paragraph of text CB1A6 is to

- A present research findings that show a potential relationship between extreme poverty and deforestation in the Brazilian Amazon.
- B identify ways to reduce deforestation in large areas of the Brazilian Amazon as part of a research program developed in Brazil in 2023.
- C encourage discussion on Brazil’s potential to reduce deforestation while also reducing extreme poverty.
- D promote the work conducted by a Brazilian research organization in 2023 to reduce extreme poverty in the Brazilian Amazon.
- E question the reasons why the Brazilian Amazon presents higher poverty levels compared to those of other neighboring Brazilian regions.

Questão 40

Based on the information provided in text CB1A6 and on its linguistic aspects, judge the following items.

- I The announcement of ARPA Comunidades marked the first time that greater recognition of local communities’ needs and their role in forest protection was demanded.
- II It is correct to infer that both ARPA and ARPA Comunidades aim to help reduce deforestation in the Brazilian Amazon.
- III In the second paragraph of the text, the phrase “local communities who live sustainably off the forest’s resources” (second sentence) can be correctly rephrased as **local communities that rely on forest resources for their livelihoods in a sustainable manner**.

Choose the correct option.

- A Only item II is correct.
- B Only item III is correct.
- C Only items I and II are correct.
- D Only items II and III are correct.
- E All of the items are correct.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 41**

João, cidadão brasileiro, protocolou requerimento para que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente apure possível poluição hídrica praticada por empresa contratada pela administração e preste informações sobre as providências adotadas.

Nessa situação hipotética, João exerce o seguinte direito previsto na Constituição Federal de 1988 (CF):

- A** direito de petição, assegurado apenas em relação aos interesses difusos e coletivos.
- B** direito de petição, que pode ser exercido perante a administração pública para a defesa de direitos e contra ilegalidade ou abuso de poder.
- C** direito de petição, que só pode ser exercido mediante o pagamento de taxa.
- D** direito de liberdade de expressão, uma vez que realizou o pedido em nome próprio, e não sob a proteção do anonimato.
- E** direito de ação, garantia constitucional que pode ser exercida contra ilegalidade ou abuso de quaisquer dos três poderes.

Questão 42

Assinale a opção correta a respeito da competência dos entes federados.

- A** A proteção do meio ambiente integra a competência comum dos entes federativos, viabilizando-se a atuação cooperativa, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- B** A competência comum implica que, quando um ente age em determinado caso, os demais devem se abster de atuar, sob pena de nulidade.
- C** É de responsabilidade exclusiva dos estados-membros registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- D** A forma de cooperação e integração entre os entes federativos no que se refere à preservação das florestas, da fauna e da flora será definida em legislação ordinária.
- E** A proteção de bens de valor histórico, artístico e cultural é de responsabilidade exclusiva da União.

Questão 43

A respeito dos direitos políticos, julgue os itens abaixo com base no disposto na CF.

- I Pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, se dá o exercício da soberania popular.
- II O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros a partir dos dezoito anos de idade, inclusive analfabetos e maiores de setenta anos.
- III Plebiscito e referendo são instrumentos de exercício da soberania popular.

Assinale a opção correta:

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 44

No que se refere à relação entre direitos sociais e proteção ambiental, assinale a opção correta.

- A** O fato de a CF garantir o direito ao lazer como direito social autoriza a exploração econômica irrestrita de áreas ambientalmente protegidas para fins turísticos.
- B** O direito à saúde mantém relação direta com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, visto que a degradação ambiental pode afetar a saúde da população.
- C** O meio ambiente do trabalho não integra o conceito constitucional de meio ambiente, sendo tutelado exclusivamente pela legislação trabalhista.
- D** Os direitos sociais, por serem normas programáticas, possuem eficácia limitada, não podendo ser invocados em conjunto com o art. 225 da CF para embasar políticas públicas ambientais.
- E** O direito à moradia prevalece, em qualquer circunstância, sobre a proteção de áreas de preservação permanente, por se tratar de direito fundamental social.

Questão 45

No que se refere às disposições constitucionais sobre a administração pública, assinale a opção correta.

- A** Os servidores públicos civis não possuem o direito à livre associação sindical, por estarem submetidos a regime jurídico especial de direito público.
- B** A investidura em cargo público efetivo pode ser feita, excepcionalmente, sem a aprovação prévia em concurso público, desde que reconhecida situação de emergência e existente previsão em lei.
- C** O princípio da eficiência autoriza a administração pública a dispensar licitação em processos de contratação com benefício econômico evidente.
- D** O princípio da publicidade obriga a administração pública a divulgar, todos os seus atos administrativos, sem ressalvas.
- E** O servidor público aprovado em concurso público adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício.

Questão 46

No que se refere ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a opção correta.

- A** Compete ao CNJ realizar o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, podendo rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais, independentemente da data de julgamento.
- B** O CNJ detém competência jurisdicional para julgar ações civis públicas ambientais em grau de recurso.
- C** O CNJ pode editar atos regulamentares e recomendar providências ao Poder Judiciário para aprimorar a prestação jurisdicional em matéria ambiental.
- D** O CNJ é órgão constitucional autônomo com competência para exercer o controle externo sobre o Poder Judiciário.
- E** O CNJ é composto exclusivamente por membros da magistratura, vedada a participação de representantes do Ministério Público e da advocacia.

Questão 47

A respeito do Ministério Público, da advocacia pública e da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Aos procuradores dos estados cabe exercer, em âmbito estadual, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo.
- Ⓑ A prerrogativa do Ministério Público de expedir notificações nos procedimentos administrativos não abrange o poder de requisição de informações e documentos para instruí-los.
- Ⓒ Conforme entendimento do STF, a Defensoria Pública somente pode ajuizar ação civil pública ambiental quando houver a comprovação prévia de que o dano atinge comunidades de baixa renda.
- Ⓓ A Advocacia-Geral da União tem, excepcionalmente, competência para representar judicialmente os estados-membros em ações ambientais.
- Ⓔ O Ministério Público é competente para promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente, sendo essa uma de suas funções institucionais previstas na CF.

Questão 48

Em relação aos princípios gerais da atividade econômica e às competências dos entes federativos previstas na CF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente a União pode legislar sobre restrições a atividades econômicas em áreas de pesca e fauna, por se tratar de competência privativa.
- Ⓑ Não se admite limitações legais ao exercício do direito de propriedade, por ser direito fundamental, não admite limitações legais ao seu exercício, ainda que seja para implementar a sua função social no âmbito da proteção do meio ambiente.
- Ⓒ Os municípios não possuem competência legislativa em matéria de conservação da natureza, da defesa do solo e dos recursos naturais, mesmo que seja para suplementar a legislação federal e a estadual em assuntos de interesse local.
- Ⓓ É inconstitucional toda restrição estadual a atividades econômicas, por violar o princípio da livre iniciativa.
- Ⓔ Lei estadual pode restringir atividades econômicas em áreas proteção ambiental, desde que sejam observadas as normas gerais da União, inclusive as normas de cooperação fixadas em lei complementar editada pelo Congresso Nacional.

Questão 49

Em relação à função de controle do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

- I As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação exclusivamente administrativos.
- II A convocação de ministro de Estado para prestar informações perante comissão parlamentar depende de autorização prévia do presidente da República.
- III É inconstitucional ato do Congresso Nacional que suspenda a eficácia de decreto do presidente da República que exorbita do poder regulamentar.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 50

No que se refere ao Poder Executivo, julgue os próximos itens.

- I O governador não pode adotar medida provisória, instrumento legislativo de competência privativa do presidente da República.
- II Ressalvada a posse em virtude de concurso público, o governador perderá o mandato se assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta.
- III Compete privativamente ao presidente da República, no âmbito federal, sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 51

Julgue os itens a seguir, com base nas normas constitucionais relativas aos povos indígenas.

- I A CF reconheceu aos povos indígenas a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.
- II A demarcação de terras indígenas é de competência privativa da União.
- III O aproveitamento de recursos hídricos, incluídos potenciais energéticos, e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas dependem de autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 52

Após ampla mobilização social, um movimento nacional reuniu assinaturas com vistas à apresentação de uma proposta de emenda à constituição (PEC) voltada a inserir, no texto constitucional, a proteção ao meio ambiente como limite material ao poder de reforma. A PEC foi apresentada ao Congresso Nacional por mais da metade das assembleias legislativas. No Congresso Nacional, a PEC foi aprovada em turno único, diante da urgência alegada, e com o quórum de maioria absoluta em cada casa. Em seguida, a emenda constitucional foi promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Nessa situação hipotética, a proposta deve ser considerada

- Ⓐ inconstitucional, pois a emenda constitucional não passou pela sanção do presidente da República.
- Ⓑ constitucional, pois a mobilização popular é uma das formas de iniciativa de emenda constitucional.
- Ⓒ inconstitucional, pois a proposta de emenda constitucional exige aprovação em dois turnos e por três quintos dos votos em cada Casa do Congresso.
- Ⓓ inconstitucional, pois a CF proíbe a ampliação das hipóteses de limitação material ao poder de reforma.
- Ⓔ inconstitucional, pois as assembleias legislativas não possuem legitimidade para apresentar propostas de emenda à constituição.

DIREITO CIVIL

Questão 53

O instituto de superfície é definido como

- Ⓐ direito real de fruição, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, por tempo determinado ou indeterminado, necessariamente de forma onerosa, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓑ direito obrigacional de gozo, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, necessariamente por tempo determinado e de forma gratuita, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓒ direito real de gozo, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, necessariamente por tempo indeterminado, gratuita ou onerosamente, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓓ direito real de gozo ou fruição, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, por tempo determinado ou indeterminado, gratuita ou onerosamente, o direito de construir ou plantar em seu terreno.
- Ⓔ direito obrigacional de gozo ou fruição, que recai sobre bens imóveis, por meio do qual o proprietário concede a outrem, por tempo determinado ou indeterminado, gratuita ou onerosamente, o direito de construir ou plantar em seu terreno.

Questão 54

O Código Civil considera fiduciária a propriedade resolúvel de coisa

- Ⓐ imóvel infungível, que o credor transfere ao devedor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓑ móvel fungível ou infungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓒ móvel infungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓓ móvel fungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.
- Ⓔ móvel ou imóvel infungível, que o devedor transfere ao credor como garantia do cumprimento da obrigação.

Questão 55

Assinale a opção correta quanto à hipoteca convencional.

- Ⓐ Trata-se de direito real desde sua convenção, com eficácia *erga omnes*, ainda que posteriormente registrada no cartório de registro de imóveis, obrigatoriamente naquele do local em que foi pactuada.
- Ⓑ Registra-se no cartório de registro de imóveis do local do imóvel, ou no de cada um deles, se o título se referir a mais de um bem, sob pena de produzir efeitos como simples instituto contratual, com eficácia *inter partes*.
- Ⓒ Trata-se de direito real desde sua convenção, com eficácia *erga omnes* ainda que apenas posteriormente registrada no cartório de registro de imóveis do local do imóvel, ou no de cada um deles, se o título se referir a mais de um bem.
- Ⓓ Trata-se de direito real desde sua convenção, com eficácia *erga omnes*, sendo desnecessário o registro no cartório de registro de imóveis.
- Ⓔ Registra-se obrigatoriamente no cartório de registro de imóveis do local em que foi pactuada, sob pena de produzir efeitos como simples instituto contratual, com eficácia *inter partes*.

Questão 56

Em relação aos filhos menores que estejam sob sua autoridade e companhia, a responsabilidade dos pais é

- Ⓐ subjetiva, desde que comprovado o dolo dos pais e a culpa dos filhos.
- Ⓑ subjetiva, desde que comprovada a culpa ou o dolo dos pais e dos filhos.
- Ⓒ subjetiva, dispensada a prova da culpa dos filhos se comprovada a culpa dos pais.
- Ⓓ objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos filhos.
- Ⓔ objetiva, desde que comprovada a culpa dos filhos.

Questão 57

Na hipótese de lesão ou outra ofensa à saúde, cabe indenização do ofensor ao ofendido

- Ⓐ pelas despesas do tratamento e pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de prejuízos comprovados de natureza moral, excluídos os danos estéticos.
- Ⓑ pelas despesas do tratamento e pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença, apenas.
- Ⓒ pelas despesas do tratamento e pelos danos estéticos, apenas.
- Ⓓ pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença e pelos danos morais, apenas.
- Ⓔ pelas despesas do tratamento e pelos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de outros prejuízos comprovados, inclusive de natureza moral e estética, quando cabíveis.

Questão 58

Assinale a opção correta quanto às hipóteses de nulidade ou anulação da obrigação principal.

- Ⓐ Se a obrigação principal for declarada nula ou simplesmente anulada, a cláusula penal permanece válida em razão de sua função coercitiva.
- Ⓑ Se a obrigação principal for declarada nula, a cláusula penal restará prejudicada, mas se for simplesmente anulada, a cláusula penal permanece válida.
- Ⓒ No caso de a obrigação principal ser declarada nula ou simplesmente anulada, a cláusula penal restará prejudicada.
- Ⓓ Caso seja declarada nula, a cláusula penal permanece válida, por possuir autonomia em relação à obrigação principal.
- Ⓔ Se for simplesmente anulada, a cláusula penal restará prejudicada, mas, se a obrigação principal for declarada nula, a cláusula penal permanece válida.

Questão 59

Em se tratando de obrigações alternativas, a escolha cabe ao

- Ⓐ credor, podendo o devedor impor ao credor a execução parcial de cada prestação.
- Ⓑ devedor, salvo estipulação em contrário, não podendo o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- Ⓒ devedor em todos os casos.
- Ⓓ devedor, salvo estipulação em contrário, podendo o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- Ⓔ credor, salvo estipulação em contrário, não podendo o credor receber parte em uma prestação e parte em outra.

Questão 60

Segundo o Código Civil, configura-se hipótese de prazo decadencial

- A** a reparação civil decorrente de ato ilícito.
- B** a remissão do imóvel hipotecado pelo adquirente.
- C** a cobrança de prestações alimentares vencidas.
- D** o reembolso, pelo vencido, das despesas processuais antecipadas pelo vencedor.
- E** a pretensão do beneficiário contra o segurador.

Questão 61

Segundo o Código Civil, não corre prescrição

- I contra os ausentes do país em serviço público dos municípios.
- II contra quem se encontra em local incerto e não sabido, independentemente de prévia declaração judicial de ausência.
- III contra os relativamente incapazes, ainda que assistidos por seus representantes legais.
- IV entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.
- E** I, II e IV.

Questão 62

A doutrina civilista tradicionalmente classifica os fatos jurídicos, em sentido amplo,

- A** apenas como fatos lícitos e ilícitos.
- B** apenas como fatos humanos, os quais se subdividem em lícitos e ilícitos.
- C** apenas como fatos naturais, que podem ser classificados em lícitos e ilícitos.
- D** como fatos humanos e os fatos naturais, sendo estes últimos suscetíveis de subdivisão em lícitos ou ilícitos.
- E** como fatos naturais e os fatos humanos, sendo estes últimos suscetíveis de subdivisão em lícitos e ilícitos.

Questão 63

Assinale a opção correta quanto às características da nulidade absoluta.

- A** Opera-se de pleno direito, admite confirmação expressa ou tácita e pode ser arguida, pela via judicial, em prazos decadenciais, pelas partes ou por terceiro interessado, não podendo ser pronunciada de ofício pelo juiz.
- B** Opera-se de pleno direito, admite confirmação expressa ou tácita e somente pode ser arguida, pela via judicial, pelos legítimos interessados em prazos decadenciais.
- C** Não se opera de pleno direito, não admite confirmação e pode ser arguida apenas pelos legítimos interessados, a qualquer tempo.
- D** Opera-se de pleno direito, não admite confirmação e pode ser arguida a qualquer tempo pelas partes, por terceiro interessado, pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir, ou ser pronunciada de ofício pelo juiz.
- E** Não se opera de pleno direito, não admite confirmação tácita e somente pode ser arguida, pela via judicial, pelos legítimos interessados em prazos decadenciais ou pelo Ministério Público.

Questão 64

De acordo com o Código Civil, a simulação configura hipótese de negócio jurídico

- A** anulável, desde que seja inocente.
- B** anulável, desde que não seja inocente.
- C** anulável, independentemente de ser ou não inocente.
- D** nulo, independentemente de ser ou não inocente.
- E** nulo, desde que não seja inocente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 65**

A legitimidade das partes no processo civil constitui

- A** um pressuposto processual e pode ser arguida pela parte interessada a qualquer tempo ou grau de jurisdição, bem como pode ser conhecida e declarada de ofício pelo juízo da causa.
- B** uma condição da ação e apenas a parte interessada poderá argui-la, sendo defeso ao juízo da causa conhecê-la de ofício.
- C** um pressuposto processual e a parte interessada deverá argui-la na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.
- D** uma condição da ação e pode ser arguida pela parte interessada a qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- E** uma condição da ação e deve ser arguida na primeira oportunidade em que a parte interessada se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.

Questão 66

A incompetência absoluta

- A** não poderá ser arguida pelo réu, mas poderá ser conhecida de ofício.
- B** deverá ser suscitada na resposta do réu, sob pena de preclusão.
- C** poderá ser suscitada a qualquer tempo pelo réu, antes da sentença, mas não pelo autor.
- D** poderá ser suscitada a qualquer tempo por ambas as partes, e deve ser declarada de ofício.
- E** não poderá ser suscitada pelo autor nem conhecida de ofício.

Questão 67

Em uma ação de natureza patrimonial, comprovada nos autos a morte do autor,

- A** o juiz declarará a suspensão do processo, mediante requerimento do réu, e determinará que ele promova a citação dos sucessores do autor.
- B** o juiz declarará a extinção do processo sem resolução de mérito, desde que o réu requeira tal providência.
- C** o juiz declarará a extinção do processo, desde que haja requerimento do réu, e este comprove que o óbito ocorreu há mais de um ano.
- D** o juiz declarará a suspensão do processo, independentemente de requerimento do réu.
- E** o juiz declarará a extinção do processo sem resolução de mérito, independentemente de requerimento do réu.

Questão 68

Considere que determinada ação judicial relativa a hipótese para qual a lei imponha a formação de litisconsórcio passivo necessário unitário seja processada e julgada procedente sem a formação do litisconsórcio.

Nessa situação hipotética, a decisão

- A** é ineficaz apenas para o litisconsorte que não integrou a relação processual.
- B** é válida se o litisconsorte que integrou a relação processual não arguir o defeito processual provocado pela não formação do litisconsórcio necessário.
- C** é válida, mas o litisconsorte que não integrou a relação processual poderá interpor recurso com o objetivo de obter a declaração de sua nulidade.
- D** é nula de pleno direito.
- E** é ineficaz para ambas as partes.

Questão 69

Carlos propôs uma ação civil na justiça comum, tendo formulado diversos pedidos, todos compatíveis entre si, alguns de competência da justiça comum, outros de competência do juizado especial cível.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Ao julgar a causa, o juiz deverá julgar o mérito dos pedidos de sua competência e extinguir, sem resolução de mérito, os pedidos de competência do juizado especial.
- B** É possível a cumulação dos pedidos, podendo o juiz processar e julgar a causa onde foi ajuizada.
- C** Ao julgar a causa, o juiz deverá conhecer do mérito dos pedidos de sua competência, e julgar improcedentes os pedidos de competência do juizado especial.
- D** É inadmissível a cumulação dos pedidos, uma vez que os pedidos correspondem a procedimentos diversos, motivo pelo qual o juiz deverá extinguir o processo sem resolução do mérito.
- E** Se houver oposição do réu, o juiz deverá mandar desmembrar a causa, determinando que a parte referente à competência do juizado seja remetida a esse juízo.

Questão 70

Flávio ingressou no juízo cível com uma ação em face de Roberto, objetivando o reconhecimento de um direito indisponível. Citado pessoalmente, Roberto não apresentou defesa no prazo legal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, acerca de revelia.

- A** A declaração de revelia e presunção de veracidade dos fatos será declarada mesmo que o réu compareça ao processo após decorrido o prazo para a sua resposta.
- B** Decorrido o prazo para a resposta, deve ser declarada a revelia do réu, e presumidos verdadeiros todos fatos alegados pelo autor.
- C** Decorrido o prazo para a resposta, deve ser declarada a revelia do réu, mas não haverá presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor.
- D** A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor somente poderá ser declarada após a instrução processual.
- E** Pode ser declarada a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, se este formular requerimento expresso para isso.

Questão 71

Maria propôs ação de cobrança em face de Pedro. Citado, Pedro apresentou contestação na qual arguiu a prescrição da pretensão autoral. Após a manifestação de Maria, o juiz proferiu sentença na qual acolheu a defesa do réu e declarou a prescrição. A autora não recorreu.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A** não houve resolução de mérito e a decisão pode ser anulada através de ação rescisória.
- B** houve resolução de mérito e a decisão fez coisa julgada material.
- C** houve resolução de mérito e a decisão fez coisa julgada formal.
- D** não houve resolução de mérito, mas a decisão faz coisa julgada material.
- E** não houve resolução de mérito e a decisão faz coisa julgada formal.

Questão 72

Determinada instituição financeira propôs ação de execução por quantia certa em face de Breno, objetivando o recebimento de valores provenientes de financiamento de um veículo. Citado para cumprir a obrigação, o executado entende que há excesso de execução e pretende se defender.

Nessa situação hipotética, a defesa deverá ser oferecida

- A** por meio de embargos à execução, que deverá ser autuada em apartado, e o seu processamento independe de garantia do juízo.
- B** por meio de impugnação oferecida nos próprios autos da ação de execução, e o seu processamento dependerá de garantia do juízo mediante penhora, depósito ou caução.
- C** por meio de impugnação, que deverá ser autuada em apartado, e o seu processamento independe de garantia do juízo.
- D** por meio de embargos à execução oferecidos nos próprios autos da ação de execução, e o seu processamento depende de garantia real ou fidejussória.
- E** nos próprios autos da ação de execução, mediante impugnação, e o seu processamento depende de garantia real ou fidejussória.

Questão 73

Considerando que um juiz tenha proferido sentença que julgou parcialmente procedente uma ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, assinale a opção correta, relativa a recurso e legitimidade para recorrer.

- A** O autor poderá interpor recurso de apelação e réu poderá interpor agravo de instrumento.
- B** O autor e o réu poderão interpor recurso de apelação e o Ministério Público poderá interpor agravo de instrumento.
- C** O autor poderá interpor recurso de apelação, o réu agravo de instrumento e o Ministério Público só poderá interpor embargos de declaração.
- D** Apenas o autor poderá interpor recurso de apelação.
- E** Tanto o autor quanto o réu poderão interpor recurso de apelação.

Questão 74

No que se refere a ação civil pública, julgue os itens a seguir.

- I A ação civil pública pode ser utilizada para reprimir ou mesmo prevenir danos ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio público, além de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- II Qualquer cidadão tem legitimidade para propor ação civil pública.
- III O inquérito civil é pressuposto para a propositura da ação civil pública.
- IV A sentença que julga procedente o pedido poderá impor aos requeridos a obrigação de fazer e não fazer, mas não poderá impor condenação de pagar quantia certa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I está certo.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Apenas os itens I, II e III estão certos.

Questão 75

No que se refere ao cumprimento provisório da sentença, julgue os itens a seguir.

- I A competência para o seu processamento é do próprio tribunal onde esteja sendo processado o recurso pendente de julgamento.
- II O executado poderá se opor ao cumprimento por meio de impugnação.
- III São devidos honorários advocatícios sucumbenciais no cumprimento provisório de sentença de pagamento de quantia certa.
- IV É admissível a penhora de bem imóvel pertencente ao executado, mas a sua alienação é inadmissível antes do trânsito em julgado da decisão.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C II e IV.
- D III e IV.
- E I, II e III.

Questão 76

No que se refere a sentença, julgue os itens a seguir.

- I A sentença que reconhece a existência de litispendência ou a coisa julgada é de natureza terminativa.
- II A decisão que homologa o acordo firmado entre autor e réu constitui sentença de mérito.
- III A sentença *ultra petita* é anulável, mas a sentença *citra e extra petita* não contêm vícios passíveis de nulidade.
- IV Após a publicação da sentença, o juiz poderá corrigir inexatidões materiais que recaiam sobre ela, independentemente de interposição de embargos de declaração.

Estão certos apenas os itens.

- A I e II.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

DIREITO DO TRABALHO**Questão 77**

A respeito das atividades insalubres e perigosas, assinale a opção correta.

- A Os empregados em serviços auxiliares de transporte aéreo que permanecerem a bordo durante o período de abastecimento das aeronaves possuem o direito ao recebimento do adicional de periculosidade.
- B O adicional de periculosidade deve ser concedido ao empregado que se submete de forma permanente a condições de risco, não sendo devido, portanto, quando a exposição ocorrer de forma intermitente.
- C Quando um trabalhador indicar em uma ação trabalhista um trabalho mediante exposição a um agente nocivo, e a perícia constatar outro agente diverso, não há prejuízo ao pedido de adicional de insalubridade.
- D O laudo pericial que afirma ser a atividade insalubre é suficiente para que seja concedido o respectivo adicional.
- E A coleta de lixo em instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação é equiparada à limpeza em residências e escritórios, razão por que não incide o adicional de insalubridade.

Questão 78

A respeito das relações de trabalho *lato sensu*, assinale a opção correta.

- A O trabalhador autônomo deve ser a pessoa física, sendo vedada, portanto, a caracterização de trabalhador autônomo aos casos de pessoas jurídicas.
- B A prestação de serviços sem vínculo empregatício, com independência na gestão das tarefas e na jornada de trabalho, caracteriza o trabalho avulso.
- C Nos casos de contrato de trabalho avulso, a contratação é formalizada diretamente entre o empregado avulso e a empresa tomadora do serviço.
- D O trabalhador temporário possui os mesmos direitos do trabalhador contratado por tempo indeterminado.
- E O trabalhador autônomo não possui um chefe, e decide quando e onde exercer suas atividades.

Questão 79

No que diz respeito às formas de rescisão do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A O empregado que divulga informações confidenciais da empresa em uma rede social comete ato de improbidade e pode ser demitido por justa causa.
- B O empregado demitido por justa causa deverá receber o saldo de salários, as férias vencidas, 1/3 de férias vencidas, 13.º salário proporcional e férias proporcionais.
- C Reconhecida a culpa recíproca para a rescisão do contrato de trabalho, o empregado deverá receber férias vencidas, multa de 40% do FGTS, 13.º proporcional e férias proporcionais, e 50% dos valores referentes ao saldo de salários.
- D É presumida como discriminatória a dispensa de empregado portador de doença grave que suscite estigma ou preconceito, como, por exemplo, portador do vírus HIV.
- E Quando a dispensa é considerada discriminatória, o empregado deverá receber uma indenização pela dispensa, mas não terá garantida a sua reintegração ao emprego.

Questão 80

No que diz respeito ao aviso prévio, assinale a opção correta.

- A** Se o empregado formula pedido de dispensa do cumprimento do aviso prévio, o empregador não precisará efetuar o pagamento da verba, pois o direito ao aviso prévio é renunciável pelo empregado.
- B** Havendo culpa recíproca para a rescisão do contrato de trabalho, o empregado perde o direito do valor correspondente ao aviso prévio.
- C** A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização em dobro, exclui o direito do empregado ao aviso prévio.
- D** Havendo rescisão antecipada do contrato de experiência, é devido o pagamento do aviso prévio.
- E** Existe a possibilidade de substituição do período que se reduz da jornada de trabalho no aviso prévio pelo pagamento das horas correspondentes.

Questão 81

A respeito da prestação dos serviços pelo empregado em regime de teletrabalho, assinale a opção correta.

- A** Pactuado contrato de trabalho por teletrabalho, não poderá ser feita a alteração para trabalho presencial.
- B** O comparecimento habitual do empregado às dependências da empresa para realizar atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento desconfigura o teletrabalho.
- C** O teletrabalho ou trabalho remoto não pode ser aplicado aos estagiários e aprendizes.
- D** O regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem é equiparável à ocupação de operador de *telemarketing*.
- E** O regime do teletrabalho deverá ser feito por intermédio de produção ou tarefa, sendo vedado o regime por jornada, já que não há meios para o controle das horas trabalhadas.

Questão 82

No que se refere à duração do trabalho, assinale a opção correta.

- A** É lícito ao empregador suprimir o trabalho prestado em jornada extraordinária, sem ter a obrigação de efetuar qualquer pagamento a título indenizatório.
- B** O trabalho realizado nos dias de domingos ou feriados, quando não for compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração do repouso semanal.
- C** A prestação de trabalho em horas extras habituais não é suficiente para descaracterizar o acordo de compensação de jornada.
- D** O acordo individual de compensação de jornada é válido ainda que norma coletiva faça previsão contrária, pois possui consentimento expresso do trabalhador.
- E** O acordo de compensação de jornada em atividade insalubre é válido desde que estipulado em norma coletiva.

Questão 83

No que se refere a salário e remuneração, assinale a opção correta.

- A** Veículo fornecido pela empresa, quando indispensável para a realização do trabalho, não possui natureza salarial, ainda que usado também para finalidades pessoais do empregado.
- B** A moradia oferecida pelo empregador ao trabalhador rural proveniente de estado distinto daquele onde a fazenda onde ele trabalha e mora é considerada salário.
- C** As gorjetas recebidas pelos empregados não podem ser consideradas para efeito de remuneração, pois não há como manter o controle do valor que o empregado recebe de gorjeta.
- D** Os equipamentos e acessórios fornecidos pelo empregador ao empregado e utilizados no local do serviço, para a prestação do serviço, integram o conceito de salário.
- E** A cerveja fornecida aos seus empregados por cervejaria que lhes oferta uma caixa do produto todos os meses, é considerada salário utilidade.

Questão 84

A respeito das comissões de conciliação prévia, assinale a opção correta.

- A** A provocação das comissões de conciliação prévia não suspendem os prazos prescricionais estabelecidos na lei.
- B** O mandato de seus membros é de um ano, sendo vedada a recondução.
- C** Os empregados que fizerem parte da comissão não podem ser demitidos dos seus empregos até o final do período de sua representação, quando se extingue tal garantia.
- D** O empregado que for escolhido para compor uma comissão ficará afastado de suas funções durante o período em que dela fizer parte.
- E** O termo de conciliação é considerado título executivo extrajudicial.

Questão 85

A respeito da proteção ao trabalho da mulher, assinale a opção correta.

- A** A licença maternidade também é devida à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.
- B** O empregador que não for comunicado pela empregada do estado gravídico se desobriga do pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- C** As empregadas contratadas por prazo determinado não possuem o direito à estabilidade provisória da gestante.
- D** A licença maternidade das mulheres contratadas pelo regime da CLT será de 120 dias, contados do parto, não havendo possibilidade de prorrogação desse prazo.
- E** As empregadas autônomas não têm direito à licença maternidade, pois não possuem vínculo empregatício.

Questão 86

A respeito da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ A licença maternidade é um exemplo típico de suspensão do contrato de trabalho.
- Ⓑ Quando o empregado solicita uma licença não remunerada para interesses particulares, o período da licença configura interrupção do contrato de trabalho.
- Ⓒ Constitui interrupção do contrato de trabalho o período de duas semanas de repouso garantidas à mulher que sofre aborto não criminoso comprovado por atestado médico oficial.
- Ⓓ Na suspensão, o empregado não trabalha, mas recebe salário e conta tempo de serviço.
- Ⓔ Os casos de estabilidade são aplicados na interrupção do contrato de trabalho, mas não se aplicam na suspensão.

Questão 87

A respeito do direito de greve, assinale a opção correta.

- Ⓐ É lícita a greve para garantir reivindicações políticas de determinada classe de trabalhadores.
- Ⓑ A greve surpresa é lícita e constitui um meio eficaz de pressão por parte do trabalhador.
- Ⓒ A manutenção da paralisação após a pactuação de acordo ou a decretação de ilegalidade por decisão judicial constitui o abuso ao direito de greve.
- Ⓓ A greve pode ser decidida pelos sindicatos, sem a prévia manifestação dos trabalhadores, por aprovação da maioria da diretoria.
- Ⓔ A greve pode ser deflagrada mesmo inexistindo prévia negociação.

Questão 88

A respeito da estabilidade e das garantias provisórias do emprego, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando um empregado for afastado por auxílio doença acidentário, gozará da estabilidade enquanto perdurar a causa do afastamento, cessando a estabilidade com o retorno ao trabalho.
- Ⓑ O término do contrato de experiência autoriza o empregador a desligar uma empregada gestante, pois, neste caso, ela não está amparada pela estabilidade ao emprego.
- Ⓒ Havendo a extinção da empresa na base territorial de um sindicato, a estabilidade dos empregados eleitos como dirigentes sindicais transforma-se em indenização equivalente.
- Ⓓ O empregado eleito como dirigente sindical possui a garantia ao emprego desde a data de sua eleição até um ano após o final de seu mandato.
- Ⓔ Os empregados eleitos como suplentes de CIPA gozam da estabilidade ao emprego.

DIREITO AMBIENTAL**Questão 89**

Com base no disposto na Lei n.º 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
- Ⓑ O desenvolvimento sustentável não é condição para o enfrentamento das mudanças climáticas.
- Ⓒ A referida política visa implementar medidas para a promoção da adaptação pelas 3 esferas da Federação, sem a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários.
- Ⓓ Linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados não são consideradas instrumentos da política climática nacional.
- Ⓔ Medidas de adaptação climática são mudanças no meio físico ou na biota, resultantes da mudança do clima, com efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos, saúde e bem-estar humanos.

Questão 90

Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 53/2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do estado do Amazonas.

- Ⓐ A área de relevante interesse ecológico insere-se entre as unidades de proteção integral.
- Ⓑ O rio cênico é unidade de uso sustentável, com faixas lineares em áreas de domínio público ou privado, compreendendo a totalidade ou parte de um rio com notável valor panorâmico, cultural ou recreativo.
- Ⓒ A reserva particular de desenvolvimento sustentável deve possuir zona de amortecimento.
- Ⓓ O objetivo básico das unidades de proteção integral é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- Ⓔ A estrada parque é unidade de proteção integral e pode abranger apenas áreas de domínio público.

Questão 91

À luz do disposto na Lei n.º 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo apenas assegurar o controle quantitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.
- Ⓑ A utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo-se a geração de energia elétrica e o transporte aquaviário, está entre os objetivos dessa política.
- Ⓒ Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos limita-se à dessedentação de animais.
- Ⓓ A gestão dos recursos hídricos deve ser centralizada.
- Ⓔ Os planos de recursos hídricos são planejamentos de curto prazo.

Questão 92

Assinale a opção correta com fundamento nas disposições da Lei de Saneamento Básico.

- Ⓐ Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização desses serviços.
- Ⓑ Sustentabilidade econômica não é considerada um princípio fundamental dos serviços públicos de saneamento básico.
- Ⓒ Saneamento básico é o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais destinados apenas ao esgotamento sanitário.
- Ⓓ Os recursos hídricos integram os serviços públicos de saneamento básico.
- Ⓔ É obrigatória a adesão dos titulares dos serviços públicos de saneamento de interesse local às estruturas das formas de prestação regionalizada.

Questão 93

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca da proteção do meio ambiente, assinale a opção correta.

- Ⓐ São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados por ações discriminatórias necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- Ⓑ O poder público possui o dever fundamental de manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono, na forma de lei complementar.
- Ⓒ Aquele que explorar recursos minerais fica dispensado de recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- Ⓓ Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e populações indígenas.
- Ⓔ As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas a sanções penais e administrativas; as pessoas jurídicas, embora não sujeitas a sanções penais, estarão obrigadas a reparar os danos causados por suas infrações.

Questão 94

De acordo com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços, corresponde ao conceito de

- Ⓐ área rural consolidada.
- Ⓑ manejo sustentável.
- Ⓒ reserva legal.
- Ⓓ área de preservação permanente.
- Ⓔ uso alternativo do solo.

Questão 95

Assinale a opção correta conforme o disposto na Lei de Crimes Ambientais.

- Ⓐ Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente, constitui delito ambiental sancionado apenas com multa.
- Ⓑ As penas restritivas de direitos não se aplicam aos casos de crimes culposos.
- Ⓒ É crime o abate de animal, ainda quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.
- Ⓓ Provocar incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação constitui crime sancionado com pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa.
- Ⓔ A proibição de contratar com o poder público não constitui modalidade de pena restritiva de direitos aplicada às pessoas jurídicas.

Questão 96

Assinale a opção correta a respeito da gestão de florestas situadas em áreas de domínio do estado do Amazonas para produção sustentável.

- Ⓐ As concessões florestais serão submetidas a auditorias florestais, de caráter independente, em prazos não superiores a 4 anos, sendo os custos de responsabilidade do órgão ambiental estadual.
- Ⓑ O cadastro de florestas públicas do estado do Amazonas não inclui florestas públicas municipais localizadas em imóveis arrecadados ou em processo de arrecadação.
- Ⓒ O poder público exercerá a gestão de florestas públicas estaduais criadas para a produção sustentável, sendo-lhe vedado, para execução de atividades subsidiárias, firmar convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos similares com terceiros.
- Ⓓ A gestão de florestas públicas estaduais para produção sustentável não compreende a destinação de florestas públicas estaduais às comunidades locais.
- Ⓔ O plano de outorga florestal estadual terá validade de 1 ano e poderá ser aditado em sua vigência para a inclusão de novas florestas públicas.

Questão 97

Considerando o disposto na Lei de Acesso a Recursos Genéticos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A conservação *ex situ* de amostra do patrimônio genético encontrado na condição *in situ* deverá ser preferencialmente realizada no território nacional.
- Ⓑ O registro audiovisual não serve para comprovação do consentimento prévio informado.
- Ⓒ É lícito o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por pessoa natural estrangeira.
- Ⓓ A lei é omissa ao não dispor sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado para práticas nocivas ao meio ambiente.
- Ⓔ A legislação não protege os conhecimentos associados ao patrimônio genético de agricultor tradicional.

Questão 98

Tendo como base o direito climático brasileiro e a legislação do estado do Amazonas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima é presidido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- Ⓑ A atual Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil estabelece metas ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 59% e 67% até 2035, visando à neutralidade climática até 2050, mas não faz qualquer menção à justiça climática.
- Ⓒ A Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas reconhece apenas o princípio da prevenção, sem mencionar o princípio da precaução.
- Ⓓ O Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, de caráter temporário, tem a finalidade de monitorar e promover a implementação das ações e das políticas públicas no âmbito do Poder Executivo federal.
- Ⓔ Poderão ser utilizados recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o financiamento da elaboração e da implementação de planos municipais de adaptação.

Questão 99

Julgue os itens a seguir, em conformidade com as disposições da Lei n.º 12.651/2012.

- I Consideram-se áreas de preservação permanente (APP) as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 100 metros, em zonas urbanas.
- II A inscrição do imóvel rural no cadastro ambiental rural (CAR) deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental federal.
- III É permitido o acesso de animais à área de preservação permanente (APP) para obtenção de água.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 100

Em relação aos crimes contra a administração ambiental, assinale a opção correta à luz do disposto na Lei n.º 9.605/1998.

- Ⓐ A sonegação de informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de licenciamento ambiental configura crime sancionado com pena de reclusão, de 1 a 3 anos, e multa.
- Ⓑ Admite-se modalidade culposa para o crime de concessão de licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais.
- Ⓒ Comete delito ambiental, sancionado com pena de reclusão, de 1 a 4 anos, e multa, o agente que deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental tendo o dever legal ou contratual de fazê-lo.
- Ⓓ Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do poder público no trato de questões ambientais é crime ambiental sancionado apenas com pena de multa.
- Ⓔ Não se admite modalidade culposa para o crime de elaborar ou apresentar, no licenciamento ambiental, laudo total ou parcialmente enganoso, inclusive por omissão.

Espaço livre